

Ângela Barreto Xavier

**A Invenção de Goa  
Poder Imperial  
e Conversões Culturais  
nos Séculos XVI e XVII**

**ICS** Imprensa  
de Ciências  
 Sociais

# Índice

|  |     |
|--|-----|
| <b>Siglas e abreviaturas</b> . . . . .   | 13  |
| <b>Nota prévia</b> . . . . .   | 15  |
| <b>Introdução</b> . . . . .  | 17  |
| <b>Capítulo 1</b>  |     |
| <b>Reforma do reino, reforma no império</b> . . . . .  | 37  |
| 1. A «crise do império asiático» e a experiência política e cultural quinzentista . . . . .        | 40  |
| 2. Outras imagens sobre velhos temas: refrações a partir de um enfoque confessional . . . . .      | 51  |
| <b>Capítulo 2</b>  |     |
| <b>Traças para a conversão</b> . . . . .   | 81  |
| 1. «Aparejo y disposición para se reformar y criar otro nuevo mundo» . . . . .                     | 86  |
| 2. Estímulos à conversão e enquadramento jurídico-político . . . . .                               | 118 |
| 3. Vozes dissonantes, interesses desencontrados . . . . .  | 134 |
| <b>Capítulo 3</b>  |     |
| <b>Novos templos e novos sacerdotes. A implantação dos religiosos nas aldeias de Goa</b> . . . . . | 145 |
| 1. O estatuto político, institucional e económico dos religiosos . . . . .                         | 151 |
| 2. Modalidades de implantação. Um caso menor na aldeia de Sirula . . . . .                         | 185 |

|   |     |
|---|-----|
| Capítulo 4  |     |
| <b>Dispositivos de cristianização: moldar a memória, o entendimento e a vontade</b> . . . . .                     | 205 |
| 1. «Esto ha de costar mucho trabajo y sudor a los padres, porque cogen dellos el fructo muy de espacio» . . . . . | 211 |
| 2. «No dezimos ser dioses las tales ymagines». Milagres e curas como instrumentos de cristianização . . . . .     | 242 |
| Capítulo 5  |     |
| <b>Primeiros avanços: mal-estar, resistência, contemporização</b> . . . . .                                       | 271 |
| 1. Paisagem social e religiosa da ilha de Chorão . . . . .  | 277 |
| 2. Sonhos e ameaças: enfrentar a presença jesuítica . . . . .   | 296 |
| 3. Reconstituir a ordem da aldeia. Cruzes, igrejas e rituais . . . . .  | 316 |
| Capítulo 6  |     |
| <b>O martírio de Cuncolim e outras resistências</b> . . . . .   | 333 |
| 1. Antes de 1583, na aldeia de Cuncolim . . . . .   | 338 |
| 2. No palco do martírio . . . . .   | 348 |
| 3. Periferia e resistência . . . . .  | 368 |
| Capítulo 7  |     |
| <b>Apologias da «verdadeira nobreza». Conflitos de memória, identidade e poder</b> . . . . .                      | 381 |
| 1. Rotinas institucionais, alinhamentos sociais, (re)invenções discursivas  | 385 |
| 2. Nobreza brâmane ou nobreza charodo? . . . . .  | 417 |
| <b>Conclusão</b> . . . . .  | 441 |
| <b>Fontes e bibliografia</b> . . . . .  | 453 |

## Nota prévia

Este livro corresponde, no essencial, à dissertação de doutoramento defendida no Instituto Universitário Europeu. Com excepção de dois capítulos que, devido à necessária economia de espaço, acabei por não incluir na versão publicada (mas para os quais remeti, sempre que considerarei necessário), ele mantém a mesma organização textual, incluindo, contudo, as actualizações bibliográficas que o período de quatro anos que mediou a defesa e a publicação necessariamente implica, assim como algum trabalho de edição.

Gostaria de voltar a recordar, nesta nota prévia, aqueles que, num e noutro momento, contribuíram para que ambos os trabalhos (dissertação e livro) fossem concluídos.

A António Manuel Hespanha e Kirti N. Chaudhuri, pela sua obra, pelos seus exemplos enquanto historiadores abertos, pela forma como foram capazes de multiplicar as minhas inquietações (apesar de, com alguma frequência, não se reverem nas minhas conclusões), devo o que há de mais problematizante e consistente nas páginas que se seguem. A marca de Fernando Bouza Alvarez, ainda que de uma maneira mais implícita do que explícita, é igualmente essencial, e o seu exemplo constitui, para mim, um luzeiro que teimo em seguir. Pelo estímulo, e pela leitura de partes da dissertação, Jaime Reis, por sua vez, revelou uma disponibilidade e generosidade que foram igualmente fundamentais para a sua conclusão. Já uma manhã partilhada com Paolo Prodi foi da maior importância para que eu pudesse consciencializar os limites da minha investigação, e abandonar algumas ingénuas e utópicas ideias (para me deixar prender, é certo, noutras, mas não por responsabilidade sua). Federico Palomo e Ines Županov são interlocutores especiais,

com quem tenho aprendido tanto que as palavras são insuficientes para o explicitar. Pedro Cardim, Catarina Madeira Santos e Cristina Nogueira da Silva também estão presentes no que há de bom nas páginas que se seguem, e do mesmo modo Isabel Seara, Carla Araújo, Nuno Senos, Joana Estorninho, André Belo, Rui Tavares, António Camões Gouveia e, mais recentemente, José Pedro Paiva, Íris Kantor, Marina Costa Lobo, Pedro Lains, Vítor Sérgio Ferreira. De variadas maneiras e em tempos distintos, Jean-Frédéric Schaub, Ronnie Po-Cha Hsia, Sanjay Subrahmanyam, Cristiana Bastos, Rosa Perez, Aldo Mazzacane e Diogo Ramada Curto deram-me a oportunidade de conviver com pessoas e leituras diferentes daquelas que, à partida, conheceria, para além de terem partilhado comigo, liberalmente, os seus saberes.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, e a École Française de Rome concederam-me bolsas de investigação que permitiram a concretização de várias partes deste projecto. Conteí, ainda, com o apoio do Instituto Universitário Europeu, em Florença, bem como dos colegas e amigos do Departamento de História do ISCTE, enquanto aí fui docente e, desde que ingressei no Instituto de Ciências Sociais, com um ambiente institucional, académico e humano de rara qualidade na comunidade científica. Ao Pedro Lains agradeço o facto de me ter incentivado a submeter o manuscrito à Imprensa de Ciências Sociais, à Clara Cabral, à Marta Castelo Branco, ao João Segurado, à Ana Cristina Carvalho e ao Manuel Coelho agradeço a paciência que tiveram na produção do livro.

Na Índia, a ajuda incansável das tias Carmita e Manuela, do José Damião e da Maria, do Filomeno Vieira e da Antónia, da Maria Edite, do Peter e da Lígia, do Joaquim e do Joey, dos padres Joseph Velinkar e Nascimento Mascarenhas, de Chandrakant Keni, e também dos directores dos Historical Archives of Goa, foi fundamental.

Os amigos «florentinos» (a seu modo, a minha outra família), e a família e amigos portugueses (dos quais fazem parte muitos dos antes referidos), deram-me o carinho e a amizade que nada substitui. A Madalena e o Steffen sabem que tudo isto, e tudo o mais acontece, em primeiro lugar, por causa deles.

## Introdução

Num dia, em finais do século xvii, provavelmente numa sala da residência destinada ao pároco da igreja de Santo André, em Goa, um clérigo escreveu um tratado. Nada de particularmente surpreendente, sabendo-se que o mundo eclesiástico estava familiarizado com os usos da escrita, não só para confirmar a ortodoxia, mas também para expressar pontos de vista e defender determinadas posições. Neste caso, no parágrafo que estava a redigir, o padre António João Frias reiterava a ideia de que «devem as nações Indianas o conhecimento que tem da Fé, depois de Deos, que he a causa prima, & verdadeira da luz, que alumia aos homens com o conhecimento da verdade, aos famosos Lusitanos, que abrirão caminho à prégação do Evangelho nestes Estados». Esse *topos*, o qual circulava com alguma frequência na escrita religiosa de origem portuguesa, justificava, inclusive, a presença imperial da coroa de Portugal naqueles territórios, e a ordem hierárquica de relações aí estabelecida. Recorrendo a um pequeno jogo fonético, Frias insistia, nomeadamente, na proximidade semântica entre os lusitanos (ou lusos) e as «luzes», para se regozijar com o facto de aquelas «luzes do Occidente, aonde habitão» terem levado «ao Oriente a luz do Evangelho», até porque, e apesar de ser aí «aonde o Sol primeiro resplandece», eram «poderosas as trevas da ignorancia da verdadeira Ley»<sup>1</sup>.

António João Frias não era português, mas sim indiano, o que torna o seu discurso particularmente sintomático da ordem social

---

<sup>1</sup> Frias (1702).

que operava na Goa de finais de Seiscentos, podendo transfigurá-lo numa metáfora de processos de longa duração que encontraram nas experiências imperiais ibéricas algumas das suas manifestações mais precoces. Pode Frias ser considerado uma metáfora da expansão de uma narrativa histórica na qual o Ocidente se concebeu a si mesmo como o agente libertador e racionalizador de outras geografias, da qual fizeram e fazem parte as expansões imperiais e a expansão do Cristianismo, narrativa essa que foi interiorizada e partilhada por boa parte das populações originárias dessas mesmas geografias? Frias presta-se, sem dúvida, a ser entendido como uma declinação dessa grande narrativa, muito embora ele próprio se concebesse (bem como ao grupo social do qual fazia parte, as elites indianas cristianizadas, ocidentalizadas), como agente libertador de *outras geografias*, não já como colonizado, mas como agente colonial. Como igual aos lusos, às luzes do Ocidente. Para Frias e os do seu grupo, o Ceilão, a África, e outras periferias do império português, emergiram como territórios onde essas luzes do Ocidente puderam manifestar-se. Mas não seriam apenas as periferias aquilo que seria captado pela objectiva e pelas expectativas dos descendentes de Frias<sup>2</sup> — esta apontaria, a partir de certa altura, para o centro imperial. Contudo, o mal-estar resultante do não reconhecimento da sua nova identidade e dos efeitos políticos que dela deviam emanar, caracterizou, em boa medida, a nova ordem de relações e aspirações, denotando a não coincidência de perspectivas entre a metrópole e a colónia.

Também por isso Frias pode ser pensado como uma metáfora da transição dos sistemas políticos pré-modernos para os modernos, nomeadamente no que respeita às modalidades de articulação entre o poder político e a sociedade, e às suas consequências na construção das identidades sociais, culturais e políticas dos membros da nova *respublica*. Nessa nova ordem política, o poder inscrever-se-ia, a partir dos seus múltiplos dispositivos (de entre os quais se destacam aqueles que estão mais envolvidos nos processos de reprodução social e cultural da sociedade, tais como a família, a educação, a assistência), nos súbditos, procurando moldá-los e inventá-los como reflexos desse mesmo poder, o que, como é evidente, visava a sua perpetuação<sup>3</sup>. Tem sido assinalado que essa transição se manifestou

---

<sup>2</sup> V., a esse propósito, os estudos sobre a Escola Médica de Goa e as dinâmicas a ela associadas (Bastos, 2002 e 2007).

<sup>3</sup> Bourdieu (1977).

de forma singular em algumas situações imperiais, as quais se tornaram «laboratórios da modernidade», lugares onde esse lavar político se manifestou de forma veemente, mas recorrendo (por razões de cronologia, de espacialidade, de contextos culturais) a dispositivos que hoje seriam considerados inadequados, como a aliança entre o poder político e o poder religioso. À semelhança do que aconteceu nas metrópoles, mas de uma forma mais intensa, essa aliança permitiu suprir algumas das dificuldades que as administrações das coroas imperiais enfrentavam nas colónias, facilitando, por essa via, não apenas a *territorialização* do poder imperial, mas também a sua *inscrição* nas mentes e nos corações dos seus súbditos<sup>4</sup>.

Nesse sentido, Frias é um emblema do sucesso dessas duas grandes narrativas e dos mecanismos de poder que lhe estiveram associados na sua encarnação portuguesa quinhentista e seiscentista. Mas o seu caso denota, ao mesmo tempo, as tensões provocadas por tal êxito em contexto imperial. Ao tornar-se demasiado semelhante ao colonizador, Frias, o colonizado, perturbava a ordem de relações imperiais, e a hierarquia e diferença que esta necessariamente pressupunha.

Assim sendo, o seu caso, como o de todos aqueles que ele representa, é um lugar onde podem ser analisadas as *tensões do império*, e tomo de empréstimo não só a expressão cunhada por Frederick Cooper e Ann Laura Stoler, há alguns anos atrás, mas também, e de um modo geral, a agenda de análise por eles proposta na colectânea de ensaios assim intitulada<sup>5</sup>. Tal como Frias, muitos outros habitantes dos territórios de Goa constituem, desse modo, múltiplos (e micro) pontos de ancoragem dessas grandes narrativas, mas também das inquietações, das contradições que as suas manifestações imperiais suscitaram.

É com o intuito de identificar as situações que possibilitaram e autorizaram a emergência, permanência e reprodução, nos territórios de Goa, de perfis desse tipo, e entender o modo como estes contribuíram para a durabilidade da presença imperial portuguesa

<sup>4</sup> Já em 1969, quando da publicação do *Portuguese Seaborne Empire*, Charles Boxer alertara para esta possibilidade (Boxer, 1991 [1969], caps. 3 e 10, sobretudo).

<sup>5</sup> Cooper e Stoler (1997a), nomeadamente no artigo introdutório, «Between metropole and colony. Rethinking a research agenda» (Cooper e Stoler, 1997b), da sua autoria; mas também nos artigos dessa colectânea da autoria de Homi Bhabha, «Of mimicry and man» (Bhabha, 1997); de John Comaroff, «Images of empire, contests of conscience» (Comaroff, 1997); e da própria Ann Laura Stoler, «Sexual affronts and racial frontiers» (Stoler, 1997).